

OFICINA

“A COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA – FLUXOS DE ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS”

PROGRAMA

Local: Auditório 1 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, localizado no Setor de Clubes Norte, Brasília/DF.

Datas: 9 e 10 de março de 2004

Promoção: Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Apoio: Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente

Agência Nacional de Águas- ANA

Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH

Centrais Elétricas de Minas Gerais - CEMIG

Objetivo: Discutir alternativas para os fluxos de arrecadação e aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, visando assegurar seu integral retorno às respectivas bacias hidrográficas onde foram gerados e tendo em vista um sistema de gestão dos recursos hídricos descentralizado e participativo.

Programação – 9 de março:

8h30 INSCRIÇÕES

9h SESSÃO DE ABERTURA :

- João Bosco Senra – Secretário de Recursos Hídricos/MMA;
- Benedito Braga – Diretor da Agência Nacional de Águas; e
- Decio Michellis Júnior – Presidente da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos do CNRH.

9h30 PAINEL I : A COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA DO SETOR HIDRELÉTRICO

Presidente da Mesa: Decio Michellis Júnior - Presidente da CTCOB

Palestra: A Participação do Setor Hidrelétrico na Implementação do Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos

Uma análise crítica e propositiva sobre o fluxo dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, bem como da compensação financeira paga pelo setor hidrelétrico na estruturação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH.

Palestrante: Gualter de Carvalho Mendes – Representante do Ministério de Minas e Energia

10h10 *Debatedores:*

José de Sena Pereira Júnior - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Prefeito Paulo Hipólito Carvalho de Souza - Presidente do CBH- Furnas - MG

Prefeito José Rogério Lara - Presidente da ALAGO - MG

10h30 **DEBATES**

10h50 **Palestra: O Pacto Federativo e o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos**

Uma abordagem sobre as características de um sistema federativo e a implementação de um sistema de gerenciamento descentralizado e organizado por bacias hidrográficas à luz do instrumento cobrança pelo uso da

água, abordando de forma especial as experiências já existentes, como são os casos do setor hidrelétrico e o Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP.

Palestrante: Gilberto Canali – Consultor - OEA

11h30 *Debatedores:*

Baracho Júnior - Professor da UFMG

Valter Otaviano da Costa Ferreira Júnior – Advogado da União, lotado na Consultoria Jurídica do MMA

Os debates deverão elucidar os possíveis problemas apresentados e alimentar a palestra com as visões dos estados e da União.

11h50 **DEBATES**

12h30 **ALMOÇO**

14h30 **PAINEL II : A ARRECADAÇÃO E A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA**

Presidente da Mesa: Maria Aparecida Vargas – CFLCL

Palestra: A cobrança pelo uso da água na visão da área fiscal e orçamentária

Apresentação sob o ponto de vista da engenharia orçamentária e financeira definida para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelas regulamentações já existentes, com sugestões de caminhos a seguir, de modo que se mantenha a proposta descentralizada e participativa determinada pela Lei n.º 9.433/97.

Palestrante: Elvio Lima Gaspar – Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

15h10 *Debatedores:*

Cláudio Serrichio (Escritório Técnico do CEIVAP)

Anna Flávia de Senna Franco – Agência Nacional de Águas

Os debates deverão fortalecer as discussões no sentido de propor um caminho, ou caminhos, mais adequado para o fluxo da cobrança pelo uso de recursos hídricos, de modo a cumprir o que determina o modelo do SINGREH.

15H30 **DEBATES**

15h50 **INTERVALO PARA CAFÉ**

16h20 **Palestra: A Visão do Direito Tributário**

Palestra em que se poderá ter uma visão comparativa entre tributos e a cobrança pelo uso da água, de modo a subsidiar uma definição adequada para esse instrumento econômico de gestão, que ora se apresenta como taxa, ora como preço público, e que tem sido administrado como imposto.

Palestrante: Ricardo Lobo Torres - Consultor

17h *Debatedores:*

Maria Luiza Werneck – Confederação Nacional da Indústria

Raymundo José Santos Garrido – Professor da UFBA

17h20 **DEBATES**

Programação – 10 de março:

9h PAINEL III – ALTERNATIVAS DE FLUXOS PARA ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA

Apresentação sobre a implementação da cobrança pelo uso da água, com base nas experiências em curso e em estudo no Brasil.

Presidente da Mesa: Jaildo Pereira dos Santos - ABRH

9h05 Palestra: A Experiência da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

Palestrantes: Patrícia Boson (representante setor industrial) e Pedro Poccianti (ANA)

9h35 Palestra: A Experiência do Estado do Paraná.

Palestrante: Francisco Lobato - Consultor

10h05 Palestra : A Experiência do Estado do Ceará.

*Palestrantes: Antonio José Câmara- SRH / CE
Francisco Osny Enéas da Silva - COGERH / CE*

10h35 DEBATES

10h50 Palestra: Fundo Públicos como Instrumento de Gestão

Apresentação conceitual do que seja fundos e suas possibilidades de aplicação. Os exemplos de sucesso e de insucesso. As vantagens e desvantagens para aplicação no SINGREH. Destaque especial deve ser dado para a não possibilidade de contingenciamento dos recursos financeiros formadores dos fundos.

Palestrante: Marilene Ramos – Fundação Getúlio Vargas - FGV

11h30 Debatedores:

*Célia Cristina Moura Pimenta – Agência Nacional de Águas;
Omar Sallas – Ministério de Ciência e Tecnologia*

No debate deverão ser destacados os pontos favoráveis e desfavoráveis para a opção “Fundos” como solução para os recursos financeiros oriundos da cobrança, em especial o problema do contingenciamento.

11h50 DEBATES

12h30 ALMOÇO

Presidente da mesa: Rodrigo Speziali – SRH/MMA

14h30 Palestra: A Administração dos Recursos da Cobrança- a visão da Secretaria do Tesouro Nacional- STN e dos Agentes Financeiros.

Sob o ponto de vista conceitual, de que modo as normas existentes podem (ou não) promover mecanismos para que a cobrança pelo uso da água se efetive de modo descentralizado e participativo, tal como preconizado na Lei n.º 9.433/97?

Palestrante:

Paulo Henrique Feijó da Silva - Secretaria do Tesouro Nacional - STN

15h10

Debatedores:

Isaura Frondisi - Consultora

Beatriz Cerqueira Lima- Caixa Econômica Federal - CEF

No debate, deverão ser apresentadas, conceitualmente, as possibilidades dos bancos de desenvolvimento ou agentes financeiros oficiais de exercerem a função de agentes financeiros depositários dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água.

15h30

DEBATES

16h30

ENCERRAMENTO